

ARQUIVOS ON-LINE

UMA CARTA PORTULANO OU O RISCO DA PERDA EM EFEMÉRIDES DIGITAIS?

ARCHIVES ON-LINE

A NAUTICAL CHART OR THE RISK OF LOSS IN DIGITAL EPHEMERIS?

KOYAMA, Adriana Carvalho. *Arquivos on-line: ação educativa no universo virtual*. São Paulo: ARQ-SP, 2015. 360 p. (Thesis, 2).

IVANA PARRELA | Coordenadora do curso de Arquivologia da Escola de Ciência e Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

As análises dos “arquivos *on-line*”, de Adriana Koyama, foram elaboradas originalmente para a sua tese de doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), defendida em 2013, que teve como subtítulo “Práticas de memória, de ensino de história e de educação das sensibilidades”, temas que sintetizam as preocupações do trabalho. A publicação pela Associação dos Arquivistas de São Paulo, em sua coleção de teses, já em 2015, traduz a importância e urgência de se refletir sobre os temas para os arquivos, situação que a autora conhece bem em experiências nas áreas de educação, arquivologia e história. Ela atuou ao longo da vida profissional como professora, arquivista, gestora e responsável pela ação educativa em arquivos. Desse lugar, sempre buscou ampliar o diálogo entre o ensino de história e as práticas arquivísticas, de modo a construir leituras formais e informais, plurais e, por que não, de fruição no arquivo.

Koyama inicia o texto citando uma atividade hoje corriqueira para a maioria de nós: abrir o Facebook e se deparar com uma avalanche de documentos digitalizados e sem contexto em postagens de arquivos. Em seguida, ela nos mostra que as imagens dos documentos de arquivo circulam na rede mundial e são constantemente multiplicadas pelas redes sociais. Se nos perfis, nos sites ou nos blogs institucionais o contexto de produção desses documentos avulsos é pouco oferecido, ao caírem no mar de informações da rede

torna-se muitas vezes mais difícil recuperar tais referências, até mesmo, do que decifrar um antigo mapa do tesouro.

A referência às postagens dos arquivos no Facebook e a falta de estranhamento de nossa parte ao nos depararmos com documentos que não passaram pelos processos de “monumentalização”, como a Constituição norte-americana, mas que refletem as práticas mais corriqueiras de seus produtores – como as imagens de propagandas de revistas de variedades dos anos de 1940 –, são um ótimo começo para o texto. Pois o trabalho pretende nos levar a pensar como está sendo criado esse movimento, que, ao mesmo tempo, tira os arquivos do anonimato e os insere na cultura escolar, com ares modernos, e nas mídias tão seduzidas pela memória. A questão crucial colocada é: “Como podemos navegar nesse universo e nele criarmos experiências de produção de conhecimento histórico educacional?” (2015, p. 14).

Ao levantar e analisar um conjunto de projetos de educação patrimonial em arquivos públicos que utilizam a internet em suas atividades educacionais, a autora nos mostra que eles resultam, muitas vezes, em esforços pontuais (alguns, construídos como projetos), que, depois de publicados, se encerram. Alguns poucos vêm sendo desenvolvidos de forma consistente e há mais tempo. Como exemplos dessas investidas de longa duração, a autora cita os projetos educativos *on-line* de grandes arquivos americanos e europeus e do Brasil. Todavia, dedica mais tempo às experiências bem-sucedidas do National Archives and Records Administration (Nara), dos Estados Unidos, e do National Archives, o arquivo nacional inglês. Os sites desses dois arquivos oferecem em destaque em seus menus as ações educativas. Koyama nos mostra as sutilezas das duas propostas: o arquivo inglês oferece opções de pesquisa por período e por gênero, que podem ser feitas por alunos diretamente, além de jogos e oficinas, a serem agendadas em sua sede, e as possíveis interações *on-line*. Para os professores, são ainda ofertados planos de aula organizados por tema ou por série escolar, guiados pelos parâmetros curriculares ingleses. No arquivo nacional norte-americano, as ações são ofertadas na seção denominada *Teacher’s Resources* (recursos para professores). Neste caso, também são encontrados “documentos interessantíssimos”, como destaca a pesquisadora (2015, p. 16).

Ao longo dos capítulos, a autora revela que as ações educativas começaram a ser organizadas de modo sistemático a partir dos anos de 1950, na Europa, e que experiências de ensino de história com documentos vêm sendo ampliadas desde a década de 1980, no Brasil e no mundo. No entanto, as possibilidades de se reproduzir os documentos de forma cada vez mais barata e rápida e de difundi-los por meio da internet ainda são marcadas pela persistência de alguns problemas graves na concepção do trabalho escolar. É provável que o mais grave, do ponto de vista do professor, seja encaminhar os estudantes sozinhos ao arquivo para pesquisarem munidos de orientações tão genéricas como “a escravidão em São Paulo no século XVIII” ou, ainda, “a década de 1960”, para ficarmos em exemplos do livro. Tudo isso aponta para o despreparo em relação à pesquisa em arquivo do próprio professor, uma vez que os arquivos possuem, normalmente, milhares de documentos que poderiam ser ofertados para atender a tais demandas. Esses acervos são apresentados por meio de instrumentos de pesquisa, que têm como norte para sua estruturação a ordem dada aos do-

cumentos tomando por base a sua proveniência. Além da impossibilidade de descobrir nas salas de atendimento dos arquivos o que exatamente o professor deseja com tal pesquisa. No que diz respeito ao arquivista, um dos pontos importantes a ser destacado é a falta de apresentação do trabalho arquivístico de tratamento dos acervos divulgados ao público. Ainda desejosos de manter uma aura de isenção, arquivistas não apresentam a lógica de organização dos documentos em fundos ou séries. Sequer apresentam seus próprios recortes, tanto pelas avaliações, que levam aos descartes, como pela escolha do que divulgar em seus sites e nas redes sociais. Assim, prevalece nos dois lados a ilusão de que o que se oferece é tudo, acabando por gerar demandas pelo todo, também sem recortes.

Nesse contexto, a necessidade de descrever os documentos que vão ser ofertados em meio digital e de apresentá-los como partes de um conjunto que só em grupo ganha sentido e confiabilidade torna-se um alerta fundamental da obra. Além das legendas, é preciso investir em metadados que deem conta de fornecer nas buscas do site o conteúdo relativo a um tema. Sem isso, a experiência de navegação no site se torna tão assustadora como a experiência de navegar sem bússola.

Embora interessantes, os documentos não falam por si mesmos. Isso já é consenso. Não por acaso, Adriana Koyama inicia seu texto com a definição de portulanos, “imagens que descrevem as costas de uma região [...] que permitem reconhecer uma paisagem quando vista do mar”, escolha que se justifica pelo valor do documento como “périplos da criação da modernidade” (2015, p. 13), documentos raros que nortearam um dia a ação de comerciantes e armadores. Antes de chegar à metade de seu percurso de análise das ações educativas de arquivos *on-line*, a autora já alerta para o risco que se corre de trazer “à moda”, novamente, uma prática de escrita da história do século XIX, também herdeira do mundo náutico: a escrita de efemérides (2015, p. 85).

Efemérides, segundo Domingos Vieira,¹ vem do termo *ephemeris*, “diário”, nome que os gregos davam a uma espécie de jornal ou memória histórica em que os fatos e os acontecimentos eram diariamente registrados; ou nome dado a obras que continham os acontecimentos notáveis que tiveram lugar em diferentes épocas num mesmo dia do ano. As efemérides fizeram parte da produção historiográfica dos institutos históricos e dos arquivos por décadas. A respeito desse ponto, a autora adverte: Não estaríamos ofertando novamente efemérides travestidas de “curiosidades” nas páginas de arquivo na internet? Nenhum arquivo digitaliza todo o seu acervo. De outro lado, cada vez mais, os arquivos recebem documentos natos digitais. Isso faz com que o volume do que pode ser ofertado ao usuário *on-line* cresça exponencialmente. Todavia, quando não se apresenta o trabalho arquivístico desde a seleção até a ação educativa, cria-se espaço para uma expectativa difusa de que um dia se terá o todo.

1 VIEIRA, D. *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*. S. l.: Editores Ernesto Chardron e Bartolomeu H. de Morais, 1871.

Tais reflexões, no entanto, não desabonam as alternativas educativas que os arquivos têm oferecido até aqui. Pelo contrário, Adriana Koyama destaca em vários momentos a importância desse esforço educativo como movimento contrário à “monumentalização” dos documentos. Para isso, é necessário que os arquivos problematizem suas seleções de documentos para publicação, fugindo da armadilha de divulgar apenas “tesouros”, por um lado, ou, por outro, de tornar públicos grandes conjuntos sem que seu contexto seja explicitado. Arquivistas, muitas vezes, ainda planejam investidas *on-line* como quem planeja a exposição de documentos em seu suporte original, apoiados em um roteiro de leitura que é dado pela própria espacialidade da mostra. Provavelmente, porque ainda é difícil pensar que a ação educativa do arquivo hoje é orientada para um público que já nasce conectado. Ao professor cabe instruir seus alunos para a leitura crítica do que está *on-line*. A ambos cabe construir diálogos, de tal modo que aquilo que se oferece e aquilo que se busca possam propiciar experiências de aprendizagem e de apropriação dos lugares de memória sem que o exercício didático apague a estranheza que o documento antigo traz de outros tempos.

Recebido em 29/2/2016

Aprovado em 7/3/2016